

CONTROLE EM FOCO

REVISTA DO MPC-MG

Belo Horizonte | v. 3 | n. 5 | jan./jun. 2023





FOTO DA CAPA

Santuário da Piedade: um pedacinho do céu em Minas Gerais

O Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, localizado a 48 quilômetros da capital mineira e a 16 quilômetros do município de Caeté, é guardião de um cenário de rara e rica beleza natural, no alto da montanha, a 1.746 metros de altitude. Tombado em todas as instâncias, municipal, estadual (pelo Instituto estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha) e federal (pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan), o local conduz à reflexão, à oração e ao encontro com o Criador em um ambiente de paz, natureza e preservação.

Casa da Mãe Piedade, padroeira de Minas Gerais, o Santuário abriga a menor basílica do mundo. Entre as preciosidades reunidas em seu interior, está a venerada imagem de Nossa Senhora da Piedade. De rara beleza, esculpida em madeira, é uma das primeiras obras-primas atribuídas ao Mestre Aleijadinho, datada do século 18.

Há 250 anos, o Santuário de Nossa Senhora da Piedade é o destino de peregrinos e fiéis, tendo sido reconhecido pelo Governo do Estado de Minas Gerais como de *especial relevância para o turismo*. Inserido em área de preservação, o Santuário atrai turistas de Minas e do mundo. Entre as atividades, é possível experimentar um caminho de pouco mais de cinco quilômetros de peregrinação, a pé ou de *bike*, com paradas para meditação, uma subida que conduz ao ponto mais alto do Santuário chegando à Basílica da Padroeira.

O Santuário também está inserido em uma modalidade de viagens que cresce em todo o mundo e também no Brasil, o chamado turismo lento ou *slow tourism*. A tendência emergente valoriza a sustentabilidade e a plena valorização da experiência da viagem. Escutar os pássaros e a própria voz do Criador é uma experiência única para quem busca esse contato com a natureza.

Uma história de milagre e fé

No espaço do Santuário da Piedade, estão reunidos o patrimônio artístico, cultural, natural e intangível: a religiosidade. Assim, o ponto de peregrinações atrai visitantes com os mais variados perfis, há mais de dois séculos. Tudo começou quando o fidalgo português Antônio da Silva Bracarena ergueu a primeira capela, em 1767. Desde então, o solo sagrado já atraía visitantes pela sua história, que emocionou o fidalgo: no território sagrado, uma menina surda e muda passou a falar e a ouvir após testemunhar a aparição da Mãe Maria. Daí em diante, a montanha tornou-se ponto de peregrinação e fé.

Mais perto do céu

Chegando ao ponto mais alto do Santuário, em dias claros, o peregrino depara com uma das mais belas vistas das montanhas de Minas. Em dias mais frios e nublados, o espetáculo é ainda mais bonito e é preciso fôlego. Do topo da Serra da Piedade descortina-se uma deslumbrante paisagem do verde das matas que acompanha o subir e descer das montanhas de Minas, de onde se avistam também nove cidades: Belo Horizonte, Caeté, Contagem, Lagoa Santa, Nova União, Raposos, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

Lugar de paz e devoção, de fauna e flora protegidas, o Santuário guarda também genuína gastronomia, e este é mais um ponto que atrai os fiéis, peregrinos e visitantes. Lá é produzido o queijo Frei Rosário, o primeiro do Brasil maturado em caverna, a 1.746 metros de altitude. Outra curiosidade de cozinha que acolhe os peregrinos nas noites frias é o caldo de banana verde, muito leve e ao mesmo tempo de alto valor nutricional.

O caldo começou a ser produzido no século 18, entre 1704 e 1710, quando Caeté enfrentou o período áureo da fome. As bananas eram cultivadas aos pés do penhasco da Serra da Piedade e salvaram muitos da inanição. Três séculos depois, a tradição permanece: o caldo da banana verde é preparado na cozinha do Santuário e servido aos peregrinos que buscam descanso e leveza para o corpo e a alma.

Os visitantes contam com duas opções de hospedagem no Santuário, a Casa dos Peregrinos Dom Silvério e o Retiro da Piedade, além de restaurantes e toda a estrutura para dias de descanso e reflexão.

Ação social

O Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade está inserido em ações sociais de grande relevância no amparo a crianças, adolescentes e idosos em vulnerabilidade social, por meio da Providens – Ação Social Arquidiocesana.

Autoria:

Assessoria de Comunicação da Arquidiocese de Belo Horizonte



CONTROLE EM FOCO

revista do MPC-MG

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Junho Anastasia

Daniela Mello Coelho Haikal

Denilson Feitoza Pacheco

Edilson Vitorelli Diniz Lima

Élida Graziane Pinto

Elke Andrade Soares de Moura

Jamile Bergamaschine Mata Diz

José Maurício Conti

Juarez Freitas

Luís Carlos Balbino Gambogi

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Maria Coeli Simões Pires

Maria Tereza Fonseca Dias

Marilda de Paula Silveira

Sebastião Helvecio Ramos de Castro

FICHA CATALOGRÁFICA

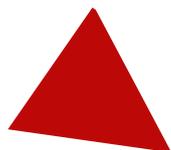
Controle em Foco: Revista do MPC-MG.

Ano 3, n. 5 (jan./jun. 2023). Belo Horizonte: Ministério Público de Contas de Minas Gerais, 2023.

Periodicidade semestral (2023).

ISSN Impresso: 2763-6461

Publicação do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais
Av. Raja Gabaglia, 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte - Minas Gerais. CEP 30380-435
Telefone: (31)3348-2628 - email: revistampc@mpc.mg.gov.br
Horário de atendimento ao público: 07:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00



EDITORIAL

Apresentamos aos profissionais do controle externo e à comunidade acadêmica a 5ª edição da revista **Controle em Foco**, o periódico semestral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

A primeira parte da revista, denominada “Artigos de Opinião”, é composta de artigos escritos pelos procuradores do MPC-MG e traz temas atuais e situações práticas vivenciadas pelo controle externo, tais como o controle da política pública de educação pelos tribunais de contas, mais especificamente sobre a universalização da educação infantil; a Lei n. 12.846/2013 e a competência constitucional dos tribunais de contas; os direitos humanos nas deliberações das cortes de contas; o dever de controle de legitimidade das despesas públicas em respeito ao princípio da equidade geracional; a execução de crédito decorrente de multa aplicada pelos tribunais de contas estaduais a agente público municipal (Tema 642 do STF) e o princípio da insignificância e sua aplicação no âmbito do controle externo.

A seção seguinte, “Artigos de Jurisprudência”, constitui-se de artigos que fazem uma análise técnica acerca de entendimentos do Supremo Tribunal Federal, tais como o Tema 899 e suas repercussões nos tribunais de contas, tendo em vista ter modificado a jurisprudência até então firmada quanto à imprescritibilidade da pretensão ressarcitória de dano ao erário, e a ADI 3804-AL, que julgou inconstitucional norma da Constituição de Alagoas que concedia autonomia ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas daquele estado para propor lei complementar sobre sua organização.

Por fim, a terceira seção, destinada aos “Artigos Científicos”, traz importantes reflexões acerca do teletrabalho na administração pública a partir de uma análise do programa de gestão de demandas da Controladoria Geral da União e da adoção do pragmatismo jurídico no direito brasileiro a partir da inclusão do art. 20 na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Ainda, a seção traz interessantes artigos sobre a aplicabilidade da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito dos tribunais de contas; sobre a relevância do planejamento na Lei n. 14.133/2021 e também a respeito dos pronunciamentos profissionais da Intosai – Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores.

Esperamos que esta 5ª edição possa servir de instrumento de promoção e disseminação do conhecimento, visando fomentar o debate de questões atuais e relevantes para o aperfeiçoamento institucional, bem como das atividades voltadas ao controle externo da administração pública.

A todos, uma ótima leitura!

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador-Geral do MPC-MG

Cristina Andrade Melo
Procuradora do MPC-MG
Editora da revista “Controle em Foco”

CORPO EDITORIAL

EDITORA

Cristina Andrade Melo

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Carolina de Souza e Silva

Maria Tereza Fonseca Dias

REVISÃO

Lílian de Oliveira

COLABORADORES

André Augusto Costa Zocrato

André Luiz de Oliveira Junior

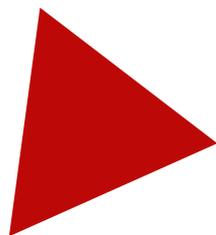
Bruna Gontijo Pellegrino

Lívia Maria Barbosa Salgado

Giovana Almeida

DESIGNER

Vivian de Paula



SUMÁRIO

ARTIGOS DE OPINIÃO

Cristina Andrade Melo

Lugar de criança é no orçamento público | **PÁGINA 10**

Daniel de Carvalho Guimarães

A Lei nº 12.846/2013 e a competência dos tribunais de contas | **PÁGINA 16**

Elke Andrade Soares de Moura

Direitos humanos: Questões reflexivas nas deliberações das cortes de contas | **PÁGINA 23**

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

O dever de controle de legitimidade das despesas públicas em respeito ao princípio da equidade intergeracional | **PÁGINA 27**

Maria Cecília Borges

O protesto de título executivo extrajudicial como mecanismo eficaz para execução de crédito decorrente de multa aplicada por tribunal de contas estadual a agente público municipal: Considerações diante do Tema 642 do STF | **PÁGINA 32**

Sara Meinberg Schmidt de Andrade | Diego Felipe Mendes Abreu de Melo

Princípio da insignificância e os tribunais de contas | **PÁGINA 40**

ARTIGOS DE JURISPRUDÊNCIA

Jarbas Soares Júnior | Tema 899 da Repercussão Geral – RE 636.886-RG/AL: As repercussões nos tribunais de contas do reconhecimento pelo STF da prescribibilidade do ressarcimento ao erário | **PÁGINA 46**

José Américo da Costa Júnior | ADI 3804-AL: Uma análise à luz do regime jurídico dos membros do Ministério Público de Contas | **PÁGINA 50**

ARTIGOS CIENTÍFICOS

Carmem Luiza e Silva Nascimento | Programa de gestão de demandas da CGU: Um estudo de caso sobre o teletrabalho na administração pública | **PÁGINA 57**

Dayana Alves Guimarães | Análise sobre a adoção do pragmatismo jurídico no Direito brasileiro por meio da inclusão do art. 20 na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro | **PÁGINA 70**

Letícia Carvalho Coelho Pinheiro Brandão | Aplicabilidade da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito dos tribunais de contas: Uma breve análise doutrinária e jurisprudencial | **PÁGINA 95**

Licurgo Mourão | Silvia Motta Piancastelli | A relevância do planejamento na Lei nº 14.133/2021 | **PÁGINA 119**

Sebastião Helvecio Ramos de Castro | Renata Ramos de Castro | Estrutura de pronunciamentos profissionais da Intosai e não coisas: reviravoltas no embasamento da atuação do controle externo | **PÁGINA 132**